

Compartilhe

Agosto 2016 - Nº 5

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Tribunal comemora
10 anos da Lei
Maria da Penha

Pág. 10

Adoção

Justiça se une em
campanha de esperança

Do Lixão
para o Poder
Judiciário

Pág. 5

TJ ajuda a
manter paz
na Olimpíada

Pág. 11

Servidor
vence reality
de culinária

Pág. 7



Campanhas de solidariedade

O Brasil atual oferece sua cota diária de sobressaltos para toda a população. Crise passou a ser a palavra mais ouvida em gritos e sussurros. Ela se abastece na política, escora-se na economia e deixa cidadãos e cidadãs apreensivos com o dia de amanhã.

Há uma visão pessimista de que a encruzilhada em que o país se encontra não aponta para caminhos ou trilhas de esperança. No entanto, é um engano não observar como, apesar de tudo, o Brasil se move.

A Justiça do Rio tem estado na dianteira em termos de defesa dos direitos femininos com ações inovadoras. Além das legislações protetivas, há, no Estado, espaços reservados para atendimento médico e psicológico, abrigos garantidores da integridade física para mães e filhos e convênios com organismos internacionais, como a ONU, para campanhas orientadas à conscientização de homens adultos e filhos sobre o respeito que deve ser dedicado a todas as mulheres. A Lei Maria da Penha também recebeu do Tribunal a atenção merecida por ocasião de seus dez anos de existência.

Em sentido amplo, esta edição da revista Compartilhe também aborda outras ações positivas que nos fazem olhar para o amanhã com mais esperança. Adoção de crianças e jovens, Apadrinhamento, Valorização da Primeira Infância são iniciativas que garantem o presente e preservam um futuro melhor.

O TJRJ está solidário com estas conquistas e as pratica no seu dia a dia. É uma pequena contribuição, mas junta-se a outras ações que nos fazem olhar o país além das manchetes e dão certeza de que dias melhores virão.



Mauro Ventura abre o debate com João Márcio e a juíza Andréa Pachá

Ética e limite nas redes

A liberdade de expressão inclui liberdade de ofensa? Como podemos nos proteger no ambiente virtual? Sob o tema geral “Redes sociais, ética e Justiça”, estas questões foram analisadas durante o “Rio de Encontros”, evento promovido pelo Instituto Contemporâneo de Projetos e Pesquisa em conjunto com o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Cândido Mendes e a Diretoria Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento do TJ. O debate, mediado pelo jornalista Mauro Ventura, recebeu a juíza Andréa Pachá e o especialista em mídias digitais João Márcio Dias.

Para Andréa Pachá, a tecnologia trouxe um novo padrão. “A geração atual tem que saber que tudo o que se diz hoje na internet é eterno. É uma geração que cresce sem direito ao esquecimento”. João Márcio, responsável pelas redes sociais de Tais Araújo, lembrou o episódio do ataque racista sofrido pela atriz no facebook. “Não há interesse na troca de ideias. Precisamos debater sobre este assunto nas escolas”.

Pachá não acredita que a criminalização seja a solução e, sim, a educação: “Hoje se prende demais e se educa de menos. Temos que ter controle rigoroso na punição de crimes, mas não é necessário criar um novo tipo penal”.

Em julho, foi realizado o ciclo de palestras “Direito e Redes So-



De La Peña fala de humor nas redes

ciais”, em parceria com o Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS). No primeiro encontro, o desembargador Nagib Slaibi Filho, o co-fundador e diretor do ITS, Sérgio Branco, e o diretor de políticas públicas do Facebook Brasil, Bruno Magrani, abordaram o tema “Liberdade de expressão e política nas redes sociais: há limites?”.

Adiante, foi a vez de Carlos Affonso Souza, do ITS, e Guilherme Martins, promotor, falarem sobre “Direito ao esquecimento”. O último encontro, com o tema “Humor e ódio na internet”, teve André Gustavo Corrêa de Andrade, Carlos Affonso Souza, Sérgio Branco e o humorista Hélio de La Peña.

Apadrinhamento também é um ato de amor

As crianças e adolescentes que sofrem violações de seus direitos, em nível tão grave que justifique a medida excepcional e temporária de acolhimento, são encaminhadas aos Abrigos, que são as instituições de acolhimento.

Ocorre que esses infantes foram acolhidos em razão de terem sofrido violências, como abuso sexual, maus tratos, exploração de trabalho infantil, abandono etc. Já todos marcados pelo sofrimento, se depararam com uma instituição mal equipada, instalações precárias e muitos problemas de ordem material.

Diante dessas duras realidades, que assolam todas as instituições de acolhimento do país (seja na questão material, seja na afetiva, ou nas duas, o que é mais usual), o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro lançou seu Programa de Apadrinhamento, com base no Projeto de Apadrinhamento de igual nome da 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da capital.

Instituído através do Ato Normativo Conjunto 96/2015, o Programa visa a, respeitadas as peculiaridades de cada Vara da Infância e da Juventude, uniformizar procedimentos para apadrinhamento.

Para que se chegasse a esse resultado foi imprescindível o apoio da CEVIJ, na pessoa de sua Coordenadora, Dra. Raquel Santos Pereira Chrispino, que criou um Grupo de Trabalho de projetos, e o primeiro a ser debatido foi o de Apadrinhamento. É preciso que todos os juízes de Infância e Juventude atentem para a necessidade de instituição e/ou desenvolvimento de um projeto de apadrinhamento de acordo com o modelo instituído pelo Tribunal de Justiça.

O apadrinhamento, em suas diferentes modalidades, cria um meio termo entre a adoção e o nada. Antes, ou as pessoas adotavam essas crianças e adolescentes, ou não faziam nada por elas. O apadrinha-

mento permite que prestem ajuda pessoas que disponham ou não de tempo livre, com condições financeiras materiais ou não, além de admitir também a participação de pessoas jurídicas.



Juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza

Crianças e adolescentes abrigados vivem o drama do vazio afetivo. Apadrinhar é fazer algo entre a adoção e o nada

No âmbito da 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da capital, na qual o apadrinhamento é desenvolvido há cerca de dois anos, os frutos são evidentes: já foram realizadas obras em cinco instituições de acolhimento, melhorando de maneira muito significativa a qualidade de vida das crianças e adolescentes; muitos desses infantes estão matriculados em cursos profissionalizantes e de inglês, o que é preponderante para a formação de autonomia; e há em

torno de 70 padrinhos afetivos. No blog 2vriji.blogspot.com podem ser acessadas informações sobre as instituições de acolhimento da 4ª VIJI e a lista de necessidades delas. Também no Portal da Infância, no site do TJRJ, estão disponibilizadas informações. As modalidades de apadrinhamento são:

1) **Apadrinhamento Provedor**, em que é dado suporte material e/ou financeiro a crianças e adolescentes, com benefícios nas áreas de lazer, esportes, saúde, educação, cursos profissionalizantes, entre outros, e, até mesmo, com uma contribuição mensal em dinheiro em conta poupança, para movimentação por autorização judicial, ou após a maioridade. Também possibilita fornecer suporte material ou financeiro a instituições de acolhimento, com doações de materiais de construção, limpeza, higiene, reformas do espaço físico etc.

2) **Apadrinhamento Prestador de Serviços**, que possibilita o atendimento às necessidades institucionais e/ou pessoais de crianças e adolescentes, conforme a especialidade de trabalho. Como exemplo, podemos trazer o caso concreto de um dentista, que disponibiliza semanalmente horários para atendimento gratuito de crianças de uma instituição de acolhimento.

3) **Apadrinhamento Afetivo**, que permite à pessoa visitar regularmente o afilhado, buscando-o para passar fins de semana, feriados ou férias escolares em sua companhia, proporcionando as promoções social e afetiva.

O Programa de Apadrinhamento foi elaborado com a preocupação de ser mantido o respeito à fila do Cadastro Nacional de Adoção. É por isso que somente podem ser apadrinhados crianças a partir de 8 anos (inclusive) e adolescentes sem possibilidade de reintegração familiar e sem pretendentes no CNA.

Mais atenção para os problemas sociais



Valorização da Primeira Infância

“Se mudarmos o começo da história, mudamos a história toda.” A frase é do documentário “O Começo da vida” e retrata a importância de ser dada à primeira infância. Assim, a Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude e Idoso (CEVIJ) criou a Semana de Valorização da Primeira Infância. A meta é estabelecer parâmetros para as políticas públicas judiciárias a fim de preservar os direitos de crianças em situação de risco, como em casos de mães que cumprem sentenças ou com problemas de drogadição. A Semana teve palestras, exibição do documentário e exposição do trabalho realizado pela Unicef com mães encarceradas em todo o mundo.

NUPEGRE

Reduzir desigualdades e defender os grupos sociais através da educação, além de propagar a valorização da diversidade cultural é o objetivo do Núcleo de Pesquisa, Gênero, Raça e Etnia (NUPEGRE). Criado em julho, é presidido pela juíza Adriana Mello, com a colaboração do juiz Rubens Casara e dos professores Maria Guadalupe da Fonseca, Guilherme Góes, Simone Pinto e Livia Paiva.



Justiça Itinerante

O programa “Justiça Itinerante” ajuda a garantir o acesso à Justiça de forma simples e rápida. Em vários pontos do estado, um ônibus resolve questões envolvendo guarda de crianças e adolescentes, pensão alimentícia, interdição, divórcio, reconhecimento de paternidade, segunda via de registro de nascimento, conversão de união estável em casamento, óbito, além de problemas envolvendo o consumo de bens. Todos os serviços são gratuitos.

Para lembrar seus 12 anos de existência, em julho foi realizado um encontro no Auditório da Corregedoria Geral da Justiça, quando foram debatidos temas como “Registro Civil e Identidade Civil”, “Regularização Fundiária e Fazenda Pública” e “Família e Interdição”.

Participaram da mesa de abertura, o presidente do TJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz, e a coordenadora do Justiça Itinerante, desembargadora Cristina Tereza Gaulia. “É uma alegria celebrar os 12 anos do programa, que tem importante significado para a sociedade. Se o cidadão não consegue chegar ao Judiciário, é preciso que a Justiça encontre meios de ir até ele”, afirmou o presidente.



Apadrinhamento

A Campanha do Apadrinhamento do TJ, realizada em junho pela Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude e Idoso (CEVIJ), obteve 28 novos padrinhos, que se comprometeram a levar para crianças e jovens apoio no lado afetivo, material ou colaborar com serviços nos abrigos e lares de acolhimento. Quinze pessoas optaram pelo apadrinhamento afetivo, duas serão prestadoras de serviço, outras duas doaram serviços ao mesmo tempo em que também serão padrinhos e madrinhas afetivos e outras nove pessoas serão provedoras.



De catadora para o Tribunal de Justiça

“Educação não transforma o mundo. Pessoas mudam o mundo. Educação muda pessoas”. Paulo Freire, uma das principais referências educadoras do Brasil, já falava que a educação é capaz de mudar a vida de uma pessoa. E a educação foi a principal ferramenta de mudança na vida da professora e técnica judiciária Lívia Marinho Lessa Barboza. A infância difícil e as barreiras que surgiram ao longo da vida não acabaram com sua determinação e força de vontade.

Nascida no bairro Periquito, município de Duque de Caxias, Lívia era a mais velha de quatro irmãos. Com a separação dos pais, o que desestruturou sua mãe, Lívia passou a



Lívia é mãe de três filhas e ainda dá aulas, além da jornada diária no TJ

“Usei todo o dinheiro da minha rescisão em um curso preparatório e foquei nos estudos”

Lívia Marinho Lessa Barboza

cuidar da família e, junto com seus três irmãos, encontrou na sucata de lixo uma forma de colocar alimento dentro de casa. “Eu e meus irmãos viramos catadores. Um passou a ajudar o outro. Dividíamos o material recolhido de acordo com o peso”, conta a servidora.

Ciente de que a vida só iria melhorar caso ela procurasse um novo rumo, Lívia aos nove anos começou a estudar. Conseguiu vaga em uma escola particular graças à solidariedade da diretora. “Levei meus documentos e pedi vaga para meus irmãos e para mim. Tive que resolver tudo”, relata Lívia, que conseguiu a bolsa de estudos para os irmãos e para ela.

Mais tarde começou a trabalhar em uma fábrica e aos 16 anos co-

nheceu um rapaz. “Eu e meus irmãos fomos morar juntos com ele e os dois filhos que ele tinha de outro casamento”, lembra a professora.

Mãe de três meninas, Lívia fazia jornada dupla no comércio. Trabalhava em uma loja pela manhã e, depois, seguia para outra, no mesmo shopping, quando decidiu voltar a estudar. “Eu procurava minha estabilidade financeira. Passando por uma banca, vi que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro abriria concurso para ensino médio. Usei o di-

“Muitas vezes vim para o Centro da cidade e estudei nos degraus do Ministério da Fazenda”

Lívia Marinho Lessa Barboza

nhinho da minha rescisão em um curso preparatório e foquei nos estudos”, conta.

Mas ela ainda não tinha o ensino médio e, em paralelo ao curso pre-

paratório para o concurso do TJ, frequentava o supletivo. “Fiz o supletivo e o concurso com muita dificuldade. Muitas vezes vim para o Centro e fiquei estudando nos degraus do Ministério da Fazenda, olhando para o Tribunal e pensando: ‘Um dia eu vou trabalhar ali’”, conta Lívia.

Concluído o ensino médio em abril de 2004, em maio daquele mesmo ano ela recebeu a notícia de que havia sido aprovada no concurso, esperando apenas sua convocação. “Uma amiga me ligou, falando que tinha saído a minha convocação no Diário Oficial. Estava no trabalho, corri para o banheiro e chorei muito. Era um milagre acontecendo na minha vida”, lembra a servidora.

Assim que entrou no TJ, Lívia se matriculou na universidade para cursar Letras. Completou a pós-graduação na UERJ e hoje, além de trabalhar no Tribunal de Justiça, também dá aulas em um pré-vestibular comunitário e em cursos preparatórios. “Apesar de trabalhar no meio judiciário, a minha relação com a educação sempre foi mais profunda do que com o dinheiro. Ela transforma. Só a educação leva a algum lugar”, conclui.

Servidores de Ouro do TJ conduzem a tocha

Alegria e orgulho de carregar a Tocha Olímpica, o mais importante símbolo das Olimpíadas, marcaram os servidores do TJ do Rio, Aparecido Machado e Grace Kelly Amorim. Eles foram selecionados na campanha “Servidores que valem ouro”, promovida pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, e tiveram o privilégio de participar do revezamento da Tocha Olímpica Rio 2016.

O presidente do TJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, enalteceu a conquista dos servidores. “Esse resultado tem um significado especial, afinal, eles foram selecionados pelos seus méritos no trabalho. Ambos possuem mais de vinte anos de Tribunal. A vitória no concurso é um reconhecimento da dedicação desses servidores”, afirmou.

Para ser escolhido, o analista judiciário Aparecido Machado, atualmente na 4ª Vara da Infância e Juventude de Campo Grande, desenvolveu um projeto desenvolvido com o magistrado Mauro Nicolau Junior, na Vara de Família de Nova Friburgo, em 1999. Na ocasião, fo-



O des. Luiz Fernando de Carvalho entre Grace Kelly e Aparecido Machado

ram pacificados 350 litígios e restabelecidos 53 casamentos. “Tenho muito orgulho em fazer parte dessa Casa, um lugar de pessoas íntegras. Foi uma honra representar o Tribunal em um evento tão importante”.

A serventúria Grace Kelly foi inscrita por iniciativa do desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo, de quem é uma das assessoras. “Fiquei muito honrada pela

seleção. Ainda mais porque a indicação partiu do meu chefe. Para mim, foi um modo de fazer justiça. O desembargador sempre foi zeloso nas suas decisões e fico feliz pelo reconhecimento”.

Grace participou do revezamento no dia 29 de julho em Piraí, no sul fluminense. Aparecido teve a oportunidade no dia 30 de julho, em Nova Friburgo, na Região Serrana.

Bacharel e campeão de skate mais de 25 vezes

Quem encontra o analista judiciário Ernani Warwick Craveiro Lopes no TJRJ dificilmente imagina que ele é um dos mais bem-sucedidos skatistas do Brasil. Tai Tai, como é conhecido pelos skatistas e na mídia especializada, é atleta na categoria Freestyle, onde já se sagrou campeão brasileiro por mais de 20 vezes e seis vezes campeão internacional.

O bacharel em direito é funcionário do TJ desde 1992 e divide sua carreira entre o Tribunal e o esporte que pratica desde os 16 anos. Em 2015, Tai Tai conseguiu o 4º lugar no Mundial de Skate Freestyle, em Vancouver, no Canadá.

“Meu primeiro campeonato foi em 1977, aos 17 anos. Fiquei em 8º lugar entre 40 competidores, mesmo sem experiência”, conta Tai Tai.

Considerado o atleta mais velho competindo em eventos internacionais, Craveiro Lopes afirma que não pretende parar de disputar torneios e sempre se aventurar em cima da prancha com rodinhas.

“Tenho pouco mais de 56 anos, mas pretendo continuar aprimorando minhas manobras e andar de skate até não poder mais. O skate, além de tudo, é um esporte que mantém meu peso estável há mais de 30 anos”, afirma o analista.



Tai Tai em disputa de campeonato

Justiça tem campeão de reality de culinária

Exigente, o analista judiciário do TJRJ Delfim Schimmelpfeng ainda está surpreso com a vitória no “Jogo de Panelas”, quadro do programa “Mais Você”, na Rede Globo. “No jantar que organizei, tive a sensação de que tinha errado tudo”, diverte-se. Mas a história não foi essa. Os pratos preparados pelo mineiro agradaram em cheio aos jurados e ao público, e Del, como é conhecido, sagrou-se campeão da 19ª edição do reality culinário.

O servidor conta que sempre gostou de cozinhar, mas somente em casa, para familiares e amigos. Um dia, resolveu se inscrever no site do programa e foi selecionado para participar da atração que reúne cozinheiros amadores. “Para mim, o mais difícil foi enfrentar as câmeras; sou muito tímido e fiquei um pouco nervoso. Também tive dificuldades em lidar com o tempo, já que todas as atividades eram cronometradas”, disse.

Durante sua participação, Del ofereceu um jantar inspirado em *Star Wars*, filme do qual é fã. Na ocasião, serviu três pratos com nomes inspirados na saga. Como entrada, ofereceu o Tartoinne (um tartar de salmão); o prato principal, Gamorreano (um filé mignon suí-



Album de família

Delfim e Ana Maria Braga em foto nos bastidores do programa “Mais Você”

Durante sua participação, Del ofereceu um jantar inspirado na saga “Star Wars”. Na disputa, serviu três pratos com nomes inspirados nos filmes

no). De sobremesa, Estrela da Morte (maçã assada).

Após o resultado final, Del colhe os louros da vitória. Foi bastante festejado pelos colegas do trabalho e também reconhecido nas ruas. “Estou ansioso para ir a Itaiandu (no sul de Minas), minha cidade natal. Minha mãe disse que a cidade parou para me assistir”, conta.

Veja abaixo um dos pratos vencedores preparados pelo servidor Delfim Schimmelpfeng durante o “Jogo de Panelas”:



Tartoinne tartar de salmão

- » 600 gramas de salmão fresco
- » 2 limões sicilianos
- » endro, aneto ou dill
- » mostarda rústica
- » sal
- » alcaparras
- » pimenta dedo de moça
- » azeite de oliva
- » redução de vinagre balsâmico
- » tortilhas redondas

Modo de Preparo

1. Fatiar o salmão em cubinhos.
2. Em um bowl, adicionar inicialmente raspas de limão siciliano, 2 colheres de sopa de mostarda rústica (com grãos), 2 colheres de sopa de azeite, suco de meio limão siciliano, 1 pimenta dedo de moça (sem semente), sal, pimenta do reino, dill picadinho e alcaparras picadinhas.
3. Misturar tudo e experimentar o sabor, corrigindo com os ingredientes citados até adquirir equilíbrio.
4. Fazer uma redução de vinagre balsâmico.
5. No empratamento, fazer riscos com o vinagre balsâmico reduzido no prato, colocar o tartar enformado por cima e decorar com duas tortilhas redondas (os dois sóis de Tatoonine) e um galhinho de dill.



Juízes e servidores se engajam

S., de 14 anos, passou por uma experiência traumática de devolução após uma adoção malsucedida. Depois do triste episódio, morou em abrigo público por quase um ano e tinha poucas esperanças de ser adotada. Mas a sorte da adolescente mudou. Aluna aplicada, conheceu, através da escola, um casal que se encantou pela menina.

A adoção de S. é lembrada com carinho pela juíza Lorena Boccia, da 2ª Vara de Família, da Infância, da Juventude e do Idoso de Barra Mansa. “O casal já tem filhos biológicos adultos. Foi lindo conversar com esses filhos após o término do estágio de convivência e notar que eles também adotaram S. como irmã. Toda a família recebeu a adolescente e ela própria abriu em seu coração a esperança para dar e receber amor”, conta.

A história de S. teve um final feliz. Para que outras crianças e adolescentes tenham também a oportunidade de ter lar e família, os juízes das varas de infância do Tribunal de Justiça do Rio criaram o “Adoção em Pauta”, um esforço concentrado para realização de audiências e agilização dos processos de adoção. “É um programa do TJ do Rio que dá ao tema adoção a posição de destaque que ele merece. Trata-se de política de administração judiciária que materializa os princípios constitucionais da duração razoável do processo, da proteção integral e da prioridade absoluta de crianças e adolescentes. O programa tem por objetivo promover de forma célere o encontro de filhos e pais adotivos”, explica o juiz Daniel Konder,



Juíza Lorena Boccia: Barra Mansa

da Vara de Família, da Infância, da Juventude e do Idoso de Valença.

Os resultados já são notados pelos magistrados em suas serventias. “Na Vara da qual sou titular,

“A adoção simboliza todo o processo, todo o trabalho desde o abandono até o encontro definitivo de pai e filho”

Juíza Raquel Chrispino

a adesão ao programa foi muito importante para traçar metas e para motivar os servidores a conferir prioridade e agilidade a estes feitos. Em menos de um

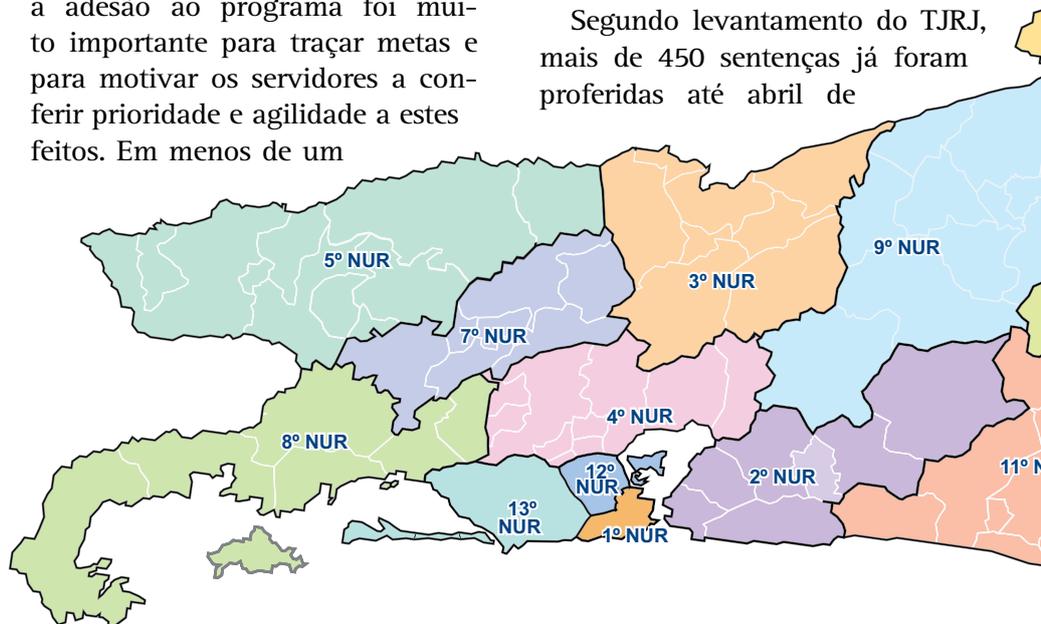


Juiz Daniel Konder: zerar o acervo

mês, mais de 20% dos processos em trâmite foram julgados e todos receberam atenção especial”, destaca a juíza.

“São muitas expectativas. A primeira delas é zerar integralmente o acervo até o final do ano. A segunda é julgar os casos de adoção, do acolhimento da criança ou adolescente até a sentença definitiva no máximo em um ano, obviamente respeitando as peculiaridades de cada caso. A terceira e mais desafiadora consiste em estimular uma mudança cultural na cidade, promovendo adoção de adolescentes, como assunto corriqueiro, natural e sem preconceitos”, diz Konder.

Segundo levantamento do TJRJ, mais de 450 sentenças já foram proferidas até abril de



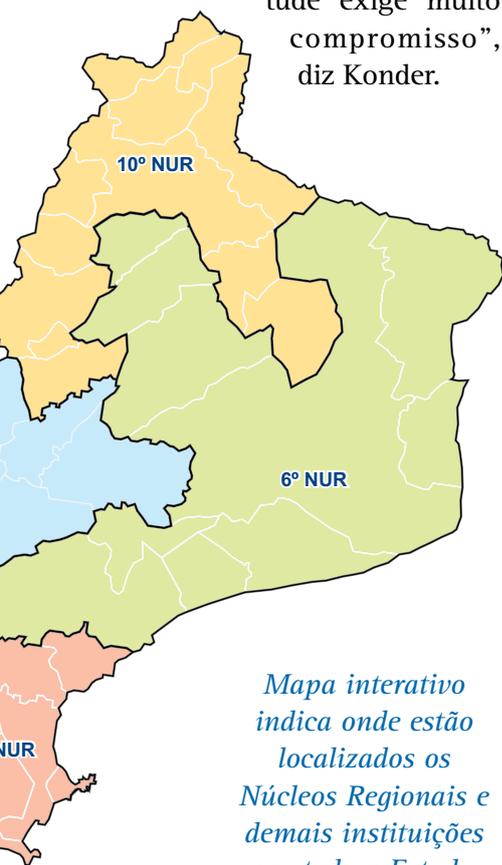
n em campanha humanitária

2016. O Rio de Janeiro tem 14 varas especializadas no tema e 81 com competência para julgar pedidos de adoção. A juíza Raquel Chrispino, coordenadora Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude, informou que existiam, em maio do corrente ano, 1.900 crianças acolhidas em abrigos no Rio, das quais 223 aptas à adoção.

O principal desafio do programa “Adoção em Pauta” é incentivar a adoção tardia, ou seja, a adoção de crianças e adolescentes com mais de oito anos de idade. “As pessoas que pretendem adotar preferem, em sua maioria, bebês. Essa não é a realidade das varas de Infância, já que a maior parte dos abrigados são crianças maiores, com deficiência ou grupo de irmãos”, afirma a juíza Lorena Boccia.

A adoção tardia é apenas mais um dos percalços de um trabalho difícil, porém repleto de alegrias. “Sem dúvida, o exercício da judicatura na Vara de Infância e da Juventude exige muito

compromisso”, diz Konder.



Campanha Adoção em Pauta foi aberta pela juíza Raquel Chrispino

Mapa mostra rede de proteção no Rio

Quando assumiu a coordenação da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, Juventude e Idoso do Poder Judiciário fluminense (Cevij), a juíza Raquel Chrispino sentiu necessidade de compreender melhor a Rede de Proteção à Infância e Juventude.

“Eu precisava entender a rede, que é formada por diversos órgãos e instituições com estruturas diferentes, como, por exemplo, os abrigos e o conselho tutelar. São vários atores que trabalham na proteção à infância e que se relacionam. Se, por exemplo, falta comida nos abrigos ou se faltam profissionais capacitados, os juízes e servidores das varas de infância enfrentarão sérios problemas. Por isso, havia a necessidade de se conhecer plenamente a rede. Cada um dos componentes dessa rede de proteção tem áreas de abrangência e atuação diversas, o que acaba gerando dificuldades no trabalho, e pressupõe que uns conheçam as estruturas dos outros. Faltava um instrumento de fácil acesso para magistrados

e servidores do Poder Judiciário”, explica a magistrada.

A juíza teve, então, a ideia de produzir o Mapa Interativo da Rede de Atendimento à Infância e Juventude, com o objetivo de visualizar e compreender as dificuldades enfrentadas pelas serventias da área. O novo mecanismo está inteiramente disponível no Portal da Infância e da Juventude, no site do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e pode ser consultado por todos que tiverem interesse.

Por meio do recurso, o cidadão poderá ter acesso a diversas informações, como, por exemplo, a localização das instituições de acolhimento e de cumprimento de medida socioeducativa de internação e semiliberdade em nosso Estado. No futuro, a proposta é que tenha também os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), onde são cumpridas as medidas socioeducativas em meio aberto, e ainda a localização e os contatos das delegacias que atendem a criança vítima de violência.

Lei Maria da Penha, dez anos de existência

Considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento da violência contra a mulher, a lei foi criada em 7 de agosto de 2006. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ao longo desses dez anos ajudou a reduzir em cerca de dez por cento a taxa de homicídios deste tipo de crime.

Os dados apurados nos últimos dez anos pela Diretoria-Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (DGJUR) mostram que enquanto em 2006, no Estado do Rio de

Janeiro, 61 sentenças eram proferidas, em 2015 elas chegavam a 25.546. Já quanto às medidas protetivas, enquanto no primeiro ano da lei nenhuma medida protetiva foi deferida, em 2015 esse número chegou a 19.479.

Nesta década, o TJRJ capacitou juizes e criou no estado o que hoje corresponde a 11 juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Em 2010, o Tribunal criou a Central Judiciária de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica (CEJUVIDA), órgão de apoio aos juizes e aos delegados

de polícia que, além de prestar orientações, auxilia no encaminhamento emergencial seguro às mulheres e seus filhos menores a casas-abrigo.

Criado em 2015, o Projeto Violeta diminuiu de quatro dias para quatro horas o tempo de adoção de medidas protetivas de urgência. Já a Semana da Justiça Pela Paz em Casa, campanha lançada pelo STF, no ano passado, acelera a prestação judicial a processos que envolvem violência doméstica e familiar.

O TJ inaugurou também, em parceria com a polícia e instituições públicas, a Sala Lilás, espaço especializado para a realização de exames periciais em mulheres violentadas. Uma equipe formada por enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais permanece à disposição no local. Só no início de 2016, mais de 264 atendimentos foram realizados.

A Ouvidoria da Mulher, em funcionamento desde 2015, é uma forma de facilitar a intermediação para mulheres que tenham alguma questão sobre processos existentes. Informação é também o que alimenta o Observatório Judicial da Mulher, um portal dentro do site do TJRJ que reúne informações relacionadas à violência de gênero.

Audiências		Júris	Sentenças		Medidas protetivas	Despachos	Quantidade de processos em trâmite no Estado
Preliminar	Instrutória		Com decisão de mérito	Sem decisão de mérito			
461	298	1	392	641	298	1.391	133.765

Resultado da Campanha Justiça pela Paz em Casa no Estado, em agosto

	2006	2015	2016 (até junho)
Acervo geral	2.834	132.565	139.095
Processos gerais	2.737	100.269	55.184
Processos/medidas protetivas de urgência	8	40.857	17.993
Sentenças com mérito	61	25.546	13.783
Audiência realizadas	206	13.546	5.296

Os 10 anos da Lei Maria da Penha no TJRJ: números expressivos

Em agosto, debates e Semana da Paz em Casa celebram a data

Para celebrar a data, o TJRJ dedicou o mês de agosto à reflexão sobre conquistas, avanços e o que ainda há para ser feito.

• **10 anos da Lei Maria da Penha: e agora?**

Debate no Museu da Justiça com a jornalista Angelina Nunes e participações da juíza Adriana Mello, da psicóloga Cecília Soares e da consultora do projeto Menina-Moça-Mulher Lia Blower.

• **Lei Maria da Penha: Avanços**
Debate na EMERJ com a ex-ministra Nilcéa Freire e a juíza Andréa Pachá.

• **5ª edição da Semana da Justiça Pela Paz em Casa**

Entre os dias 15 e 19 de agosto, 759 audiências foram realizadas nos municípios de Saquarema, Araruama e Cabo Frio, 200 a mais que o total inicialmente previsto. Foram proferidas 1.033

sentenças e concedidas 298 medidas protetivas (quadro acima).

• **Aniversário da Ouvidoria da Mulher**

Em agosto, o canal completou um ano e meio de existência e confeccionou cartões para distribuir nos juizados, universidades e entidades informando as mulheres como buscar mais esclarecimentos. Contatos da Ouvidoria: (21) 3133-3755 e ouvidoriawm@tjrj.jus.br.



Desembargador Mauro Martins: agora o TJRJ vai atuar nas Paralimpíadas

Juizado garante paz nos Jogos

Após o término dos Jogos Olímpicos Rio 2016, o desembargador Mauro Pereira Martins, coordenador da Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais em Eventos Esportivos, Culturais e Grandes Eventos (Cejesp), destacou que a atuação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro “trouxe prestígio internacional para o Tribunal de Justiça e mostrou a importância da presença de um juiz em um evento de tal porte”. Cerca de 50 juizes e 150 funcionários trabalharam

“Os estrangeiros se mostraram surpresos com o fato de a justiça funcionar de forma ininterrupta”

Desembargador Mauro Martins

nos postos avançados do Juizado do Torcedor e dos Grandes Eventos instalados no Maracanã, Engenheiro, Parque Olímpico da Barra da Tijuca, Deodoro e Copacabana, onde foram realizadas mais de 240 audiências. O magistrado adiantou ainda que o TJRJ pretende manter o plantão durante os jogos paralímpicos no Parque Olímpico da Barra da Tijuca e no Engenheiro. “Não seria razoável que o Tribunal, que fez um trabalho tão importan-

te na Olimpíada, exclua a Paralimpíada”, antecipou, ressaltando o aspecto social do evento.

O desembargador falou também sobre o caráter preventivo do trabalho desenvolvido pelo Juizado do Torcedor, que já acostumou as pessoas com a ideia de que, em grandes eventos, existe o funcionamento do juizado com a presença de um juiz, um promotor e a estrutura de um órgão judiciário. O magistrado contou que o grande volume de atuação foi na seara criminal, com muitas prisões de cambistas, “mas houve inúmeras outras situações, como assédio, furto, roubo e estelionato”.

Para o desembargador, a Cejesp teve grande importância para o funcionamento do Juizado do Torcedor. “Não fosse a Cejesp, o plantão não teria ocorrido da forma que ocorreu. A Cejesp é coordenada por mim e tem outros cinco juizes e um grupo de funcionários absolutamente comprometidos com o sucesso do evento”.

Eles e elas lutam pela igualdade

Romper paradigmas em relação ao discurso de gênero em todas as instâncias legais existentes no país. Essa é a ideia central do movimento HeForShe (ElesPorElas), criado pela ONU Mulheres. Trata-se de uma rede de solidariedade que pretende envolver homens e meninos como defensores e agentes de mudança pela igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres. Seu objetivo é promover a reflexão e a ação para eliminar todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres.

A adesão do TJ a esta rede aconteceu em maio e foi assinada pelo presidente do Tribunal, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, pelo diretor-geral da EMERJ, desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa, pela diretora da ONU Mulheres para Américas e o Caribe, Luíza Carvalho, e pela representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadime Gasman.

Ao se referir à dominação cultural do patriarcado na sociedade, o presidente do TJ do Rio lembrou que uma transformação cultural não ocorre de uma hora para a outra. Destacou a importância do movimento por fazer a integração fraterna do homem e da mulher e acreditar na criação de um mundo mais justo e igualitário. Segundo o desembargador Luiz Fernando de Carvalho, “a mulher precisa sair do mundo machista que contribui para que ela seja vítima de violência e da discriminação social. Em uma sociedade culturalmente machista, o interesse na Justiça em mudanças, é um movimento importante para a conquista feminina”.

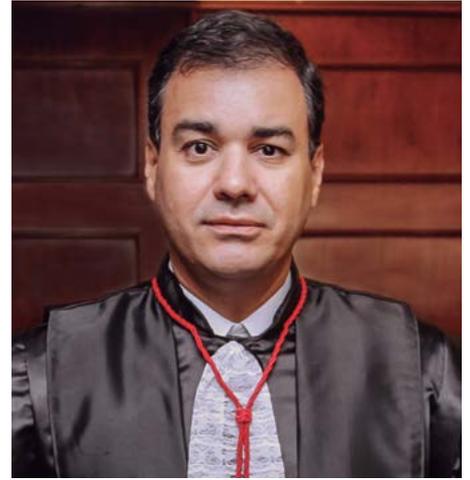
Advogado assume a vaga pelo Quinto

Tomou posse no cargo de desembargador do TJRJ o advogado e ex-procurador-geral da Prefeitura de Campos dos Goytacazes Francisco de Assis Pessanha Filho. O novo desembargador ocupa a vaga em aberto do Quinto Constitucional para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), decorrente da aposentadoria do desembargador Jorge Luiz Habib.

O novo desembargador foi o indicado pelo governador, em exercício, do Estado do Rio de Janeiro,

Francisco Dornelles, após ter sido o mais votado na sessão do Tribunal Pleno do TJRJ que escolheu a lista triíplice para o preenchimento da vaga destinada a membros da OAB.

Em seu discurso, se disse honrado em passar a compor o Judiciário fluminense pelo Quinto Constitucional da OAB: “O advogado está acostumado a lidar com os anseios, os medos, as fatalidades, as tragédias e os sonhos dos cidadãos comuns, com a missão de defendê-los e representá-los”.



Des. Francisco Pessanha Filho

Vaga por merecimento é preenchida



Des. Luiz Fernando de Andrade Pinto

O juiz Luiz Fernando de Andrade Pinto tomou posse como desembargador do TJRJ. Ele foi empossado por merecimento, em substituição ao desembargador Antônio Saldanha Palheiro, que assumiu como ministro do Superior Tribunal de Justiça.

O magistrado foi conduzido ao plenário pelos desembargadores Luiz Zveiter e Ricardo Rodriguez Cardozo. Em seu discurso de posse, Luiz Fernando agradeceu pelo voto de confiança dado pelos demais desembargadores ao escolhe-

rem-no para o cargo, e ressaltou o aprendizado adquirido durante sua carreira como juiz de 1º grau.

“Início uma nova etapa da minha carreira e só tenho a agradecer a atuação no 1º grau, onde aprendi muito, principalmente a dar solução célere a demandas que recebia. Ascender ao mais alto posto da magistratura estadual é muito gratificante. Quando fui aprovado no concurso de oficial de justiça, não podia imaginar que teria a honra de ser escolhido para o cargo”, afirmou.

Desembargador ganha retrato no Museu

O retrato do desembargador Luiz Eduardo Guimarães Rabello foi inaugurado no Museu da Justiça. O magistrado homenageado foi presidente da Associação Nacional de Desembargadores (ANDES) entre 2008 e 2015. Participaram da cerimônia a esposa Claudia Guimarães e os desembargadores Fernando Fernandy Fernandes e Bartolomeu Bueno de Freitas, atual presidente da ANDES.

Ao agradecer, lembrou emocionado os 60 anos dedicados ao trabalho no judiciário.



O desembargador Luiz Eduardo e sua esposa agradecem a homenagem

ACONTECEU NO TJRJ

Escola crítica

Refletir sobre a escola e seu papel social: é o que apresenta o livro “Escola hoje: contexto contemporâneo da educação” organizado pelo servidor do TJRJ Décio Nascimento Guimarães. Lançado em agosto desse ano, a obra conta com 10 capítulos escritos por pesquisadores de diversas competências - de Letras ao Direito - e tem como o objetivo encorajar os profissionais a inovar o sistema educacional.

Deficiente visual, Guimarães é pesquisador na área de formação docente, inclusão escolar e mediação de conflitos. No TJ, onde trabalha há 18 anos, é Agente de Capacitação da EMERJ.

SIGA



O Sistema Integrado de Gestão (SIGA), além de organizar e facilitar a busca e a execução

das ações do Poder Judiciário, agora permite que o TJ fiscalize se os serviços vêm sendo executados de acordo com as boas práticas de gestão, oferecendo mais apoio para os cartórios.

A nova versão da ferramenta eletrônica criada pela Diretoria-Geral de Gestão Estratégica e Planejamento (DGESP, antiga DGDIN) mudou também a relação com os advogados, já que possibilita verificar à distância os processos em andamento e facilita aos cartórios a solução dos casos mais antigos.

O diretor geral da DGESP, João Fernando Coelho, afirmou que “graças ao SIGA, foi observado crescimento na execução de processos da ordem de oito por cento. Além disso, o ambiente de trabalho evoluiu com a organização dos processos e o serviço passou a ser melhor gerenciado”.



O bebê Júlio no colo da mãe e entre o pai e a equipe médica do Desau

Um bebê no colo da Justiça

Jane Tavares acompanhava o marido, William Mathias, para uma audiência no Tribunal. Já nas proximidades da Avenida Presidente Antônio Carlos, a gestante começou a sentir dores e contrações. Foi chegar ao TJ e o inesperado aconteceu. Grávida de oito meses, Jane deu a luz a Júlio e nunca mais vai esquecer a data, horário e local onde ele nasceu: 2 de maio de 2016. Segunda-feira, no Fórum Central.

Por volta das 15h, William pediu ajuda a policiais militares que ficam em frente ao Fórum Central. Logo, os PMs encaminharam Jane para o Departamento de Saúde. O parto durou cerca de 20 minutos e foi feito pelos cardiologistas Bruno Bachiega e Carlos Diderot, pelo neurologista Gilberto Sénéchal e pela equipe de enfermeiros.

Paris visitada em poesia

O Museu da Justiça mergulhou nos encantos da França. Ao som de *La Vie En Rose* tocada por violinos, a servidora Siléa Macieira (foto), no TJ há 18 anos, lançou seu terceiro livro: “Sob o céu de Paris”, uma coletânea de fotografias e poemas inspirados na capital francesa.

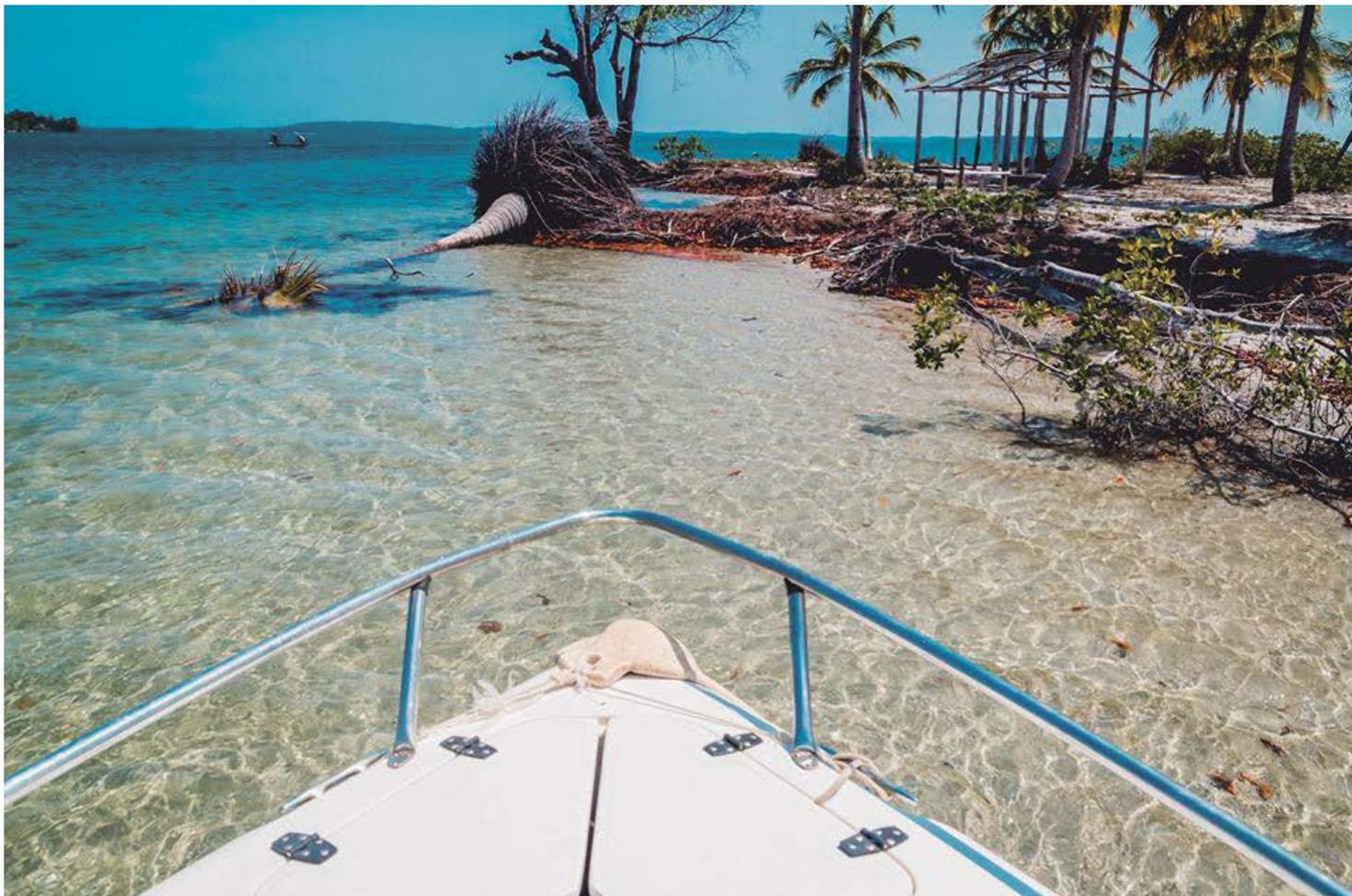


Programa de Voluntariado

O Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (DEAPE) criou o programa de voluntariado destinado a temas socioambientais.

Iniciado em agosto de 2014, já alcançou 111 voluntários. Eles prestaram auxílio em unidades jurisdicionais, administrativas e em Centrais de Penas e Medidas Alternativas. Cada voluntário recebe treinamento sobre a importância das ações e pode contribuir com um compromisso fixo ou se oferecendo para palestras, cursos ou ajudar em eventos do TJ. Inscreva-se: 3133-3169 ou juremamn@tjrj.jus.br.

Você sabe onde fica a Polinésia brasileira?



Vandelson Silva

Passeios de barcos pelas águas claras e uma costa ainda pouco habitada são alguns dos atrativos de Maraú

Você sabe onde está localizada a Polinésia brasileira? Já ouviu falar? Uma dica: fica entre Morro de São Paulo e Itacaré, na Costa do Dendê. Seu nome original é Mayrahu.

Assim é conhecida a Pensínsula de Maraú, no belo litoral da Bahia. Descoberta em 1705 por frades italianos, o município de Maraú cresceu desde o tempo em que os índios o habitavam, passando a ser considerado Povoado após a abertura de uma estrada sob o comando do bandeirante João Gonçalves da Costa para o escoamento, sem pagamento de impostos, do ouro aqui encontrado. Mais tarde, com a chegada de novos habitantes, transformou-se em Distrito, Vila em 1761 e, finalmente, virou cidade em 1938. Dizem que o escritor Antoine de Saint-Exupéry (de “O Pequeno Príncipe” – 1900/1944)

passou um bom tempo por lá no início do século passado.

Maraú tem outras histórias para serem contadas, mas sempre esteve sob o olhar atencioso de estrangeiros, que até hoje lotam seus hotéis e pousadas para apreciar aquele belíssimo recanto.

Descoberta por italianos em 1705, Maraú continua a atrair turistas com seu mar cristalino

Hoje, a Península de Maraú é considerada um paraíso na costa brasileira. Suas águas tépidas e de ondas leves, as bacias que se formam durante suas marés baixas e a enorme quantidade de peixes que podem ser vistos a olho nu são

um atrativo à parte. Suas praias mais famosas são Algodões, Barra Grande, Cassange, mas é Taipus de Fora que garante a comparação com a Polinésia. São suas piscinas de águas transparentes e repletas de peixes que fazem o local ser um dos mais procurados entre tantas localidades.

Rios, lagoas, ilhas, serras, manguezais e Mata Atlântica, além da Cachoeira de Tremembé, a única do país que deságua no meio do mar. São mais de 40 km de praias praticamente desertas durante a maior parte do ano esperando pelos turistas.

O Município de Maraú está localizado em uma Área de Proteção Ambiental (APA), tem área superior a 21 mil hectares e sua população ultrapassa pouco os 20 mil habitantes. O acesso pode ser feito por terra, mar e ar.

Exposições que retratam a vida real

O Museu da Justiça iniciou em julho três exposições interligadas por temas que revelam tabus sociais. “Filhos”, sobre adoção; “Liberdade!”, sobre religiões afro-brasileiras; e “Rocinha: Paraíso Tropical ou Inferno Astral”, abordando as diversas visões da maior favela da América do Sul. Elas permanecem até outubro e mostram, com fotografias e vídeos, visões diversificadas sobre os temas.

Adoção em fotos

A exposição “Filhos”, que tem como tema central a adoção. O trabalho feito pelo fotógrafo Eurivaldo Bezerra retrata a vida real e o longo caminho de sofrimento de crianças e adolescentes que buscam um lar onde encontrem amor e respeito.

Na abertura da exposição, houve o lançamento do livro de mes-



Eurivaldo Bezerra

Uma das fotos presentes no livro

mo nome, que tem prefácio escrito pelo Desembargador do TJRJ Siro Darlan e Luiz Garrido como fotógrafo convidado. No livro, o autor relata: “Aprendi que nossa legislação é falha ao destituir os pais biológicos de seu poder familiar, quando necessário. Uma criança chega ao abrigo e permanece anos à espera destes processos, de parentes que nunca aparecem, de um lar que nunca chega”. O ensaio fotográfico conta com a participação de celebridades que optaram pela adoção, como Drica Moraes, Elba Ramalho, Maria Padilha e Marcello Antony.

“Filhos” fica aberta ao público até 15 de outubro.

Rocinha: paraíso tropical ou inferno astral?

Antes uma favela, atualmente bairro. A Rocinha é um contraste de cenários, tanto geográfico quanto de personagens e é sob este enfoque que a exposição do fotógrafo Alcyr Cavalcanti chegou ao Salão dos Espelhos do Museu da Justiça. Com mais de 40 fotos ampliadas e 110 exibidas em projeção, o jornalista e antropólogo reuniu material, entre 1987 e 2016, a partir de muitos de seus trabalhos realizados na comunidade.

Repórter fotográfico, trabalhou em vários veículos e morou na Rocinha em 87 para acompanhar, pelo Jornal do Brasil, o caso da guerra entre jogo do bicho e narcotráfico. Segundo ele, “é uma realidade difícil que a gente tem que enfrentar”.

Merece destaque o seu trabalho sobre violência urbana, que rece-



Alcyr Cavalcanti

O samba também está na mostra

beu o prêmio Kodak em 1988. Alcyr Cavalcante já teve o trabalho “Rocinha S/A” exposto em Paris, na École National e Supérieure d’Architecture de Paris La Villette, em 2011.

“Rocinha” fica até 8 de outubro.

A riqueza das religiões afro-brasileiras



Henrique Esteves

Até 15 de outubro, as religiões afro-brasileiras (foto) estão em destaque no antigo Palácio da Justiça. Henrique Esteves é a mente por trás das lentes que retratam a riqueza das religiões afro-brasileiras. Esteves foi finalista do prêmio Imprensa Embratel e junto com outros fotógrafos fez o livro “Caminhando a gente se entende”, sobre o combate à intolerância religiosa no país.



Na maior
festa esportiva
do mundo, a
Justiça do
Rio de Janeiro
esteve bem
representada.

Aparecido Machado e
Grace Kelly Amorim,
Servidores de Ouro do
Tribunal de Justiça.

EXPEDIENTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJRJ)

Av. Erasmo Braga, 115 - Rio de Janeiro - RJ - TEL: (21) 3133-2000 - www.tjrj.jus.br

PRESIDENTE: Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho • CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA: Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo
1º VICE-PRESIDENTE: Maria Inês da Penha Gaspar • 2º VICE-PRESIDENTE: Nilza Bitar • 3º VICE-PRESIDENTE: Celso Ferreira Filho
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMERJ • DIRETOR-GERAL: Caetano Ernesto da Fonseca Costa • REVISTA COMPARTILHE
TIRAGEM: 3.500 exemplares • DIRETORIA-GERAL DE COMUNICAÇÃO E DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO (DGCOM) • DIRETOR-GERAL: Mauro Ventura
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (DECOI) • DIRETORA/EDITORA: Regina Lunière • REDATOR: César Fernandes • REPÓRTERES:
Monise Guimarães, João da Matta e Paulo Cesar Fonseca • ESTAGIÁRIOS: Rita Constantino e Julio Trindade • PROJETO GRÁFICO:
Maria Lúcia Braga • DIAGRAMAÇÃO: Thais Gallart (SECOM) • CAPA: Foto de Luiz Garrido • FOTOGRAFIA: Brunno Dantas e Luis Henrique
Vicent • IMPRESSÃO: Gráfica do TJRJ (DGLog/SEGRA) • E-MAIL: assessoriaimprensa@tjrj.jus.br • TEL: (21) 3133-2593

